



Edilson Rodrigues <edilson.francisco@tre-pi.jus.br>

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO em face do PREGÃO ELETRÔNICO N. 90015/2024

1 mensagem

Jurídico SIEG <juridico@sieg-ad.com.br>

16 de maio de 2024 às 09:11

Para: cpl@tre-pi.jus.br, Juridico <juridico@sieg-ad.com.br>

Boa tarde Prezados,

A empresa Sieg Apoio Administrativo LTDA, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar pedido de impugnação, o qual segue anexo a este e-mail. Certa de Vossa compreensão, agradecemos a atenção dispensada.

Favor acusar o recebimento deste.

Atenciosamente,

Equipe Jurídica

✉ juridico@sieg-ad.com.br
(41) 3019-7434 / (41) 3019-SIEG
🌐 www.sieg-ad.com.br



NOVOS HORIZONTES PARA SEUS NEGÓCIOS

3 anexos

📎 **IMPUGNAÇÃO TRE -PI.pdf**
2166K

📎 **CNH LILIANE DIGITAL - 11.01.32 .pdf**
109K

📎 **SIEG - CONTRATO SOCIAL - 3ª ALTERAÇÃO CONSOLIDADA (1).pdf**
267K

AO ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DO TRE - PI

**REF.: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 90015/2024**

A empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua José Merhy, 1266, com endereço eletrônico juridico@sieg-ad.com.br, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 06.213.683/0001-41, por intermédio do seu representante infra-assinado, vem tempestivamente e com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO** em face do Edital em epígrafe, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

1) SÍNTESE FÁTICA

A Administração, instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é "Aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação impressoras térmicas, terminais para emissão de senhas, totens e telas / molduras interativas para o TRE-PI".

Todavia, ao analisarmos o diploma em questão, concluímos que as especificações técnicas do objeto nos geram dúvidas para elaboração de proposta, portanto, gostaríamos de esclarecer o que segue.

2) PRELIMINARMENTE

Informamos que o presente documento conta com assinatura digital, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2/01, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP - Brasil) e instituiu requisitos formais e técnicos, para a autenticação digital de documentos públicos ou privados, cujo integral cumprimento concede ao documento autenticado digitalmente o mesmo valor probatório dos originais (art. 2º-A, §2º da Lei nº 12.682/2012).

A) DA AMOSTRA

Verifica-se que o edital deixou de apontar qual o prazo para a realização da amostra.

Nesse sentido, solicitamos que a Administração esclareça qual prazo deve ser considerado pra a apresentação da amostra.

B) DOS CERTIFICADOS

Ademais. É o edital:

4.7.2. Para os bens descritos, os requisitos se baseiam na Lei nº 12.305, de 2010 — Política Nacional de Resíduos Sólidos, devendo ser observadas, ainda, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, bem como os atos normativos editados pelos órgãos públicos, tais como o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do AGU/SP 3ª edição.

4.7.3. Todos os produtos devem ser acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, preferencialmente em caixas de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, os calços de EPS (isopor), reciclados ou recicláveis.

4.7.4. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado ou reciclável, atóxico, biodegradável e/ou de fontes renováveis conforme ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR — 15448-1 e 15448-2.

4.7.5. Os bens não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES).

4.7.6. Só será admitida a oferta de produtos que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

4.7.6.1. O equipamento deverá **possuir laudo técnico** de eficiência energética de no mínimo 80%, comprovada por meio de laudo técnico emitido pelo INMETRO ou outro laboratório/órgão creditado e reconhecido por este, ou ainda que implemente PFC (Power Factor Correction) ativo com eficiência igual ou superior a 80%.

Para os pontos 4.7.2 a 4.7.6 do edital compreendemos que é suficiente que o equipamento ofertado apresente a conformidade com tais normativas, sem necessidade de apresentação de documentação adicional, está correto o nosso entendimento?

Caso o contrário, impugna-se desde logo a exigência, considerando que o a exigência supracitada disposta como critério de habilitação do produto não possui amparo legal, uma vez que tal imposição não integra o rol taxativo de requisitos previstos no art. 67 da Lei Federal 14.333/21, conforme ampla jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União – TCU.

De acordo com a Constituição Federal, artigo 37, inciso XXI, a Administração Pública Direta e Indireta deve exigir somente o indispensável à garantia do cumprimento das obrigações. O mencionado dispositivo preceitua o seguinte:

Art. 37. Inciso XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, **compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

Ademais, a Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, faz jus aos princípios da isonomia, seleção da proposta mais vantajosa, economicidade e ampla competitividade (artigo 5º da referida Lei), ao estabelecer que:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, *ressalvados os casos previstos em lei*:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

Ora, o intuito do legislador com os dispositivos supracitados é manifesto: garantir que o maior número de interessados participe dos certames licitatórios, a fim de que se obtenham propostas vantajosas que representem pleno atendimento ao esperado pela Administração Pública.

Assim, qualquer empecilho ou dificuldade desarrazoada para a participação no certame de possíveis interessados, pode ser entendido como uma restrição à competitividade e, por consequência, ofensa ao princípio da isonomia e, também, ao art. 9º, inciso I, da Nova Lei de

Licitações, que veda ao agente público admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos convocatórios de certames licitatórios, de cláusulas que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório.

Por fim, no que tange ao ponto 4.7.6.1, em igual sentido, compreendemos que a exigência deste ponto pode ser comprovada também por meio de declaração de conformidade emitida pelo fabricante do equipamento. Está correto o nosso entendimento?

Caso o contrário, impugna-se desde logo a exigência.

Em face da solicitação que visa à apresentação de Certificados emitidos por instituições credenciados ao INMETRO, concluímos que está encontra-se em desacordo com a Lei Federal que disciplina o Instituto das licitações. Visto que, o mesmo não é recepcionado pelo artigo 67 da Lei Federal 14.333/21, o qual apresenta o rol limitado de documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.

O que queremos demonstrar, é que o artigo supracitado não deixa margem para a discricionariedade da Administração Pública, mas sim a limita “A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a”.

O STJ afirmou ter entendimento jurisprudencial sobre a necessidade de se temperar o rigorismo formal de algumas exigências do edital licitatório, a fim de manter o caráter competitivo do certame, selecionando-se a proposta mais vantajosa à Administração Pública, caso não se verifique a violação substancial aos demais princípios informadores deste procedimento. (REsp 997.259/RS, julgado em 17/08/2010).

E assim deve ser, especialmente para evitar os famigerados direcionamentos de licitação que são patrocinados com elevados níveis de exigências, muitas vezes sem relação direta com o objeto da licitação e, até, contrários às normas legais vigentes. Tem-se como teor do artigos 9º da lei nº 14.133/21.

Segundo Adilson Abreu Dallari, "existem várias manifestações doutrinárias e já existe jurisprudência no sentido de que, **na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade.** Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isto não pode ser colocado como excludente do licitante. **Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; interessa, consulta ao interesse público, que haja o maior número possível de participantes.**"

Por fim, ressaltamos que muitos equipamentos de informática são de origem internacional, ou seja, esses equipamentos possuem certificados internacionais como ISO e/ou RoHS. Então como podem ser exigidas certificações nacionais para esses equipamentos?

Dessa forma, tal exigência vai contra a legislação pátria e o entendimento majoritário dos Tribunais, conforme foi exaurido cabalmente em nossa explanação.

C) DO DESCRITIVO TÉCNICO DO ITEM 03

Necessitamos de esclarecimentos adicionais acerca do descritivo técnico do item 03 - Totem mesa de 43".

É o edital: "Tela de 43 polegadas".

Entendemos que, para o item 03, serão aceitos equipamentos SUPERIORES AO EDITAL, com Tela de 43 polegadas ou mais, desde que no formato 16:9; Diversas conexões, desde que contenha ao menos uma Entrada HDMI; Imagem 4k ou em resolução superior (como 4096 x 2160 ou 8K) e Toques Simultâneos: 20 toques ou mais. Está correto o nosso entendimento?

Ainda, é o edital: “Brilho: 300 nit”.

Muitas Telas hoje em dia informam, ao invés do valor do brilho, a tecnologia de qualidade de imagem. Isso ocorre porque cada uma das características da TV não atua sozinha, ou seja, se tela possui brilho mas não possui contraste, ou se possui brilho e contraste, mas não possui resolução, a imagem terá baixíssima qualidade.

Uma forma de evitar que determinado fabricante valorize uma característica da sua tela em detrimento das outras é usar o HDR, que já é um padrão de qualidade de cores na imagem e que existe em diversos formatos que ajudam a determinar a qualidade do produto (como HDR10, SmartHDR, entre outros) e dessa forma é possível de comparar as TVs, mesmo quando a informação sobre brilho, resolução, cores contraste e muitas outras são ambíguas e deixam a qualidade aberta para interpretação.

No mais, muitos fabricantes deixaram de fornecer a informação sobre o seu brilho, justamente pela constante confusão que estes números causavam.

É o caso das seguintes marcas, por exemplo:

Samsung: <https://www.samsung.com/br/tvs/full-hd-tv/t5300-43-inch-full-hd-smart-tv-un43t5300agxzd/>

HDR para brilho e contraste

Veja os detalhes em cenas claras ou escuras

Brilho e contraste para você aproveitar seu programa tanto nas cenas mais escuras quanto nas de alta luminosidade.

TCL: <https://www.tcl.com/br/pt/tvs/p635>

75P635

Google TV TCL P635 borda fina

4K HDR

- Google TV
- Google Assistente
- Dolby Audio
- Contraste local
- Chromecast built-in
- Bluetooth
- Design sem bordas

Semp Roku: <https://www.tclsemp.com.br/produtos/semp-roku-tv-rk8500-4k-50/>



Porém, esse descritivo só favorece quem possui modelos antigos no mercado, que ainda estão em estoque de compras passadas. Além do que, o órgão não pode medir a quantidade de Nits na tela.

Logo, queremos aumentar a concorrência e permitir a participação de produtos novos no pregão, permitindo que produtos que não informam o brilho, mas informam a tecnologia HDR participem.

Nesse sentido, compreendemos que equipamentos com brilho de 300 nits ou HDR podem participar do pregão. Está correto o nosso entendimento?


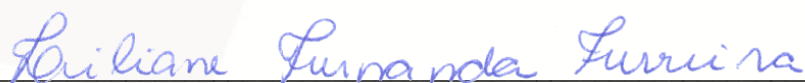
3) DOS PEDIDOS

Frente ao exposto:

- a.** Solicitamos que a Administração esclareça qual prazo deve ser considerado para a apresentação da amostra.
- b.** Para os pontos 4.7.2 a 4.7.6 do edital compreendemos que é suficiente que o equipamento ofertado apresente a conformidade com tais normativas, sem necessidade de apresentação de documentação adicional, está correto o nosso entendimento?
- c.** Caso o contrário, impugna-se desde logo a exigência.
- d.** No que tange ao ponto 4.7.6.1, em igual sentido, compreendemos que a exigência deste ponto pode ser comprovada também por meio de declaração de conformidade emitida pelo fabricante do equipamento. Está correto o nosso entendimento?
- e.** Caso o contrário, impugna-se desde logo a exigência.
- f.** Entendemos que, para o item 03, serão aceitos equipamentos SUPERIORES AO EDITAL, com Tela de 43 polegadas ou mais, desde que no formato 16:9; Diversas conexões, desde que contenha ao menos uma Entrada HDMI; Imagem 4k ou em resolução superior (como 4096 x 2160 ou 8K) e Toques Simultâneos: 20 toques ou mais. Está correto o nosso entendimento?
- g.** Nesse sentido, compreendemos que equipamentos com brilho de 300 nits ou HDR podem participar do pregão. Está correto o nosso entendimento?

Certa de sua compreensão, agradecemos a atenção dispensada.

Curitiba, 16 de maio de 2024.

SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME

LILIANE FERNANDA FERREIRA

CPF: 